



**Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. - Saneouro**

CNPJ: 35.198.517/0001-11

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais-R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Circulante	Nota	Balanços patrimoniais		Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota	Demonstrações do resultado		Capital social	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
		2021	2020			Nota	2021		2020	Capital integralizado
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.086	182			12	21.059	11.593		
Aplicações financeiras	4	40.625	2.311		8	-	13	(33.183)	(23.884)	
Contas a receber	5	734	472		9	786		(12.124)	(12.291)	
Estoques		631	487							
Impostos a recuperar		334	248					13	(5.333)	(5.149)
Outros créditos		150	33						29	3
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>43.560</b>	<b>3.733</b>					(5.304)	(5.146)	
<b>Não circulante</b>										
Realizável a longo prazo										
Imposto de renda e CSLL diferidos	15	15.652	6.199		10	19				
Outros créditos LP		4	4			38				
		15.656	6.203		9	104.380				
Intangível	7	15.948	7.956							
Ativo de contrato AI	6	13.076	1.651							
		29.024	9.607							
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>44.680</b>	<b>15.810</b>							
<b>Total do ativo</b>		<b>88.240</b>	<b>19.543</b>							
<b>Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras</b>										
<b>1. Contexto operacional:</b> A Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A.-Saneouro ("Saneouro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 30 de julho de 2019. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Ouro Preto-MG, compreendendo a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. Situação econômica e financeira da Companhia: Em 24 de maio de 2021 a Companhia teve sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, junto à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., no montante de R\$ 100.000, esse montante foi liberado em 31 de maio de 2021 e terá como característica a carência de principal durante os três primeiros anos e durante a carência o pagamento de juros semestralmente, após a carência os juros e o principal serão pagos semestralmente durante 17 anos, completando desta forma o prazo total da emissão de 20 anos, vide Nota explicativa 9. A Companhia apurou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 18.358 (prejuízo líquido de R\$ 11.972 em 31 de dezembro de 2020). A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras baseada no plano de negócios aprovado pela administração, bem como no capital circulante líquido positivo apresentado em 31 de dezembro de 2021. Os investimentos relacionados à captação de debêntures serão destinados para à implementação e exploração do Projeto de Universalização e melhorias no Sistema de Abastecimento de Água e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede e em 12 distritos do município de Ouro Preto-MG a Companhia espera que as ações tomadas tragam melhoria dos fluxos de caixa e resultado da Companhia. A concessão teve início em janeiro de 2020 e tem prazo de duração de 35 anos, contado da data da emissão da Ordem de Serviço. O valor estimado do contrato, para todos os fins e efeitos corresponde ao valor dos investimentos previstos, que ao longo do prazo de concessão corresponde a R\$ 149.381.354,31. A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetados, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto. Impactos do COVID-19: A Companhia, visando a saúde e segurança de todos os colaboradores bem como de seus familiares, parceiros e clientes e considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, atua fortemente na prevenção ao contágio do Covid-19. Em março de 2020 a diretoria aprovou um plano de contingência com medidas protetivas para evitar o contágio e disseminação da COVID-19. Este plano foi elaborado com a colaboração de um infectologista e foram respeitados todos os protocolos estabelecidos por lei e recomendados por entidades da área da saúde. Entre as medidas prioritárias estabelecemos políticas e práticas de flexibilização do local de trabalho para reduzir contato social na empresa. Além disso, disponibilizamos materiais de higiene pessoal como álcool em gel, e elaboramos comunicados sobre as medidas protetivas contra o Covid-19. É obrigatória a utilização de máscaras. Além disso intensificamos a limpeza dos locais de trabalho, com desinfecção das superfícies. É vedado o compartilhamento de objetos que são tocados por mão e boca. Os equipamentos de proteção individual também são constantemente higienizados. Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis. O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. <b>2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:</b> Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.491/09. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Diretores e acionistas da Empresa em 30 de março de 2022. <b>2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Empresa e sua controlada. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 05 - reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa; • Nota Explicativa nº 12 - reconhecimento de receita; e • Nota Explicativa nº 15 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16. Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de										
Receita líquida										
Custo dos serviços prestados										
<b>Prejuízo bruto</b>										
Receitas (despesas) operacionais:										
Gerais e administrativas										
Outras despesas operacionais, líquidas										
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>										
Receitas financeiras										
Despesas financeiras										
<b>Prejuízo operacional antes dos impostos</b>										
Imposto de renda e contribuição social										
Diferidos										
<b>Prejuízo do exercício</b>										
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>										
<b>Prejuízo do exercício</b>										
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>										
Como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de custo amortizado, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia somente possui passivos financeiros classificados como custo amortizado. <b>Mensuração subsequente:</b> A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: <b>Passivos financeiros ao custo amortizado:</b> Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxa taxa os custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos e debêntures concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 8 e 9. <b>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:</b> Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem satisfeitos. <b>Desreconhecimento:</b> Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. <b>2.3. Contabilização de contratos de concessão intangível:</b> A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01-Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e a determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou financeiro, sendo a companhia enquadrada como financeiro. O ativo financeiro foi registrado pelo valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após início das operações, ativo financeiro passou a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão. A companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso e com a sua finalização é reconhecido como ativo financeiro por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que o mesmo está hábito a iniciar a sua amortização pela sua utilização. <b>2.4. Impairment de ativo não financeiros:</b> Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de <b>impairment</b> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <b>impairment</b> é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do <b>impairment</b> , os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC"). Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de <b>impairment</b> tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. <b>2.5. Tributação:</b> A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. 1.5.1. Impostos correntes: A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. 1.5.2. Impostos diferidos: Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido. <b>Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segu-										
<b>Saldos em 01/01/2020</b>										
Integralização de capital										
Prejuízo líquido do exercício										
Aumento de capital										
<b>Saldos em 31/12/2021</b>										
Integralização de capital										
Prejuízo líquido do exercício										
<b>Saldos em 31/12/2021</b>										
<b>Demonstrações dos fluxos de Caixa</b>										
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>										
Prejuízo do exercício										
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa oriundo das atividades operacionais										
Imposto de renda e contribuição social - diferidos										
Depreciação e amortização										
Juros sobre empréstimos e debêntures										
Provisão para créditos de liquidação duvidosa										
Amortização de custos para emissão de debêntures										
Redução (aumento) nos ativos operacionais:										
Contas a receber										
Estoques										
Impostos a recuperar										
Outros créditos										
Aumento (redução) nos passivos operacionais:										
Fornecedores										
Partes relacionadas										
Obrigações sociais										
Obrigações fiscais										
Outras obrigações										
<b>Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos</b>										
Juros pagos sobre empréstimos										
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>										
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>										
Aplicações financeiras										
Aquisição de ativo de contrato										
Aquisição de ativo intangível										
Baixa do ativo intangível										
<b>Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento</b>										
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>										
Empréstimos:										
Captações										
Pagamentos de principal										
Juros pagos sobre debêntures										
Custo de transação										
Arrendamento mercantil										
Integralização de capital social										
<b>Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>										
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>										
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício										
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício										
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>										

rança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.6. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituído com uma alternativa por uma taxa que seja livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da companhia. A companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: As alterações prevêm concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de Seguros.: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17-Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, >>>Continua...





>>> **Continuação...**

de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na Nota Explicativa nº 2. Análise de sensibilidade: A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA, CDI e da TLP, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de

juros esperadas sobre os saldos de empréstimos, debêntures e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

Cenário	Provável	Aumento em pontos percentuais	Efeito no lucro antes dos tributos
31/12/2021	1.796	25	449
		50	898
	(17.615)	25	(2.645)
		50	(5.290)

**18. Contingências:** (a) A Companhia não possui nenhuma contingência classificada com risco provável de perda até a data finda das demonstrações financeiras. (b) A Companhia possui processos classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

Natureza	2021	2020
Reclamações cíveis	259	68
	259	68

**Diretoria**  
Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente - João Paulo Capanema Franco Cançado - Diretor Técnico - Fernando Schlieper - Diretor Administrativo e Financeiro  
**Contador**  
Rodrigo Basso - CRC 1SP266229/O-8

**Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da **Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. - Saneouro** - Ouro Preto - MG - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. - Saneouro ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Emissão de debêntures:** Conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia emitiu, em 24 de maio de 2021, instrumento de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 100.000 mil. As debêntures foram emitidas para financiamento de investimentos da Companhia em projetos de Sistema de Abastecimento de Água e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede e em

12 distritos do município de Ouro Preto-MG e possui como garantia, Alienação fiduciária da totalidade de ações e Cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos da Companhia além de garantia de natureza fidejussória. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados pela Companhia, a mensuração dos instrumentos financeiros em suas demonstrações financeiras e a avaliação do cumprimento de cláusulas restritivas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a confirmação dos saldos em aberto com os debenturistas em 31 de dezembro de 2021, recálculo da atualização monetária, testes, em base amostrais, dos pagamentos efetuados no exercício, confronto dos valores registrados com o instrumento de emissão e com os atos societários devidamente aprovados pelos órgãos competentes. Também, focamos na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a emissão dessas debêntures e sua classificação no passivo circulante e não circulante. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de mensuração dos instrumentos financeiros da Companhia derivadas da emissão das debêntures para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável,

as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado na época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 30 de março de 2022.

**ERNST & YOUNG**  
Audidores Independentes S.S.  
CRC 2SP034519/O-6

**Marcos Roberto Sponchiado**  
Contador  
CRC-1SP175536/O-5

Diretoria

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/09D8-164C-4EBC-F9F3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 09D8-164C-4EBC-F9F3



### Hash do Documento

K58soEhCT6VI9mrEUB765BsL5PBJX77HeltrFuBbSWs=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/04/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 13/04/2022 23:44 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

